

A Política de Beligerância do Governo de União Sagrada

Luís Alves de Fraga

Coronel da Força Aérea (reformado), doutor em História e professor da Universidade Autónoma de Lisboa.

Resumo

A intenção de beligerância de Portugal na Grande Guerra não resultou do mero rompimento de relações diplomáticas entre Berlim e Lisboa. Ela tem uma história anterior que só compreendendo-a se percebe a insistência de alguns setores da política nacional pretenderem levar o país a entrar no grande conflito europeu e mundial.

Neste artigo quer-se demonstrar que a beligerância portuguesa na Grande Guerra ofereceu a possibilidade, ao setor mais radical da política republicana, de modificar, sob o olhar atento das capitais europeias, a relação de subordinação de Lisboa perante Londres, aproveitando todos os circunstancialismos que o grande conflito bélico proporcionava a Portugal para explorar em seu favor as poucas fragilidades britânicas.

A exposição centra-se numa sequência narrativa que tem de recuar a agosto de 1914 para possibilitar, por um lado, o entendimento das dependências essenciais de Portugal da Grã-Bretanha e, por outro, a ambiência interna justificativa de só surgirem, depois da declaração de guerra, dois partidos políticos oficialmente envolvidos na persecução da beligerância. Essa narrativa prolonga-se, depois, pela descrição interpretativa das ações do Governo de União Sagrada, entre março de 1916 e abril de 1917, tendentes a consolidarem o objetivo que havia determinado a beligerância, e pelo relato crítico dos atos mais importantes do Governo Afonso Costa que se lhe seguiu.

Deixam-se evidentes algumas conclusões que mostram a dialética diplomática que se foi travando entre Lisboa e Londres na tentativa de uma se libertar do abraço tutelar e da outra o querer manter a todo o custo.

Abstract

"União Sagrada" Government's Belligerency Policy

Portuguese military participation in the Great War wasn't the result of a mere rupture of diplomatic relations between Berlin and Lisbon. It has a domestic political background which is useful to understand.

The article demonstrates how Portugal's radical sector of the republican political party saw the participation in the Great War as an opportunity to alter Lisbon's diplomatic relations with London, exploring some of the few British frailties.

The analysis is based on narrative sequence that dates back to August 1914 and continues with an interpretative description of "União Sagrada's" actions and some of the most important decisions of Afonso Costa's government.

It becomes clear that the diplomatic dialectic between Lisbon and London, reflects Portuguese attempts to be freed from the "British embrace".

Introdução

A Grande Guerra foi um acontecimento determinante na história da Europa e da América, especial e nomeadamente nos Estados Unidos, porque abriu as portas a todas as mudanças políticas, sociais e económicas que estavam adormecidas, mas, contudo, já se previam, no final do século XIX. Portugal, de certa forma, foi o primeiro Estado europeu a gerar esse clima de transformação, pois, menos de quatro anos antes do grande conflito militar, saiu convulsivamente do regime monárquico para o republicano, impondo, logo de início, profundas alterações que rumavam a uma modificação que tardava a acontecer tanto no país como na Península Ibérica. É certo que, pelos primeiros anos da década de 10 do século passado, havia, no plano internacional europeu, a sensação de que uma guerra estava iminente tais as tensões existentes geradas por um desenvolvimento económico muito acelerado e muito necessitado de mercados abastecedores de matérias-primas e de mercados de consumo dos produtos acabados. A expansão sobre o continente africano e asiático, na ânsia de ampliar e rentabilizar os negócios de importação e exportação, foi definindo o clima de conflito latente gerado pela unificação da Alemanha e pela derrota francesa em 1870. Paris teve de compreender que a rivalidade anglo-gaulesa havia chegado ao fim para dar lugar a um sistema de cooperação, ficando ambos os Estados ao abrigo da desmedida ambição germânica. O tempo da Áustria como grande império, em face dos nacionalismos nascentes, estava a esgotar-se. Mas, neste xadrez de interesses, Portugal e a Inglaterra tinham uma velha aliança que era profundamente desigual em termos de forças militares, diplomáticas e económicas: Londres estendia uma asa protetora sobre Lisboa a troco de um apagamento sucessivo da personalidade jurídica internacional portuguesa. Prevalciam, cada vez mais, os interesses ingleses sobre os portugueses. Estes já quase se limitavam à certeza de preservação da independência na Península Ibérica. Mas o corte brusco com o velho regime monárquico deu aos políticos republicanos — pelo menos a alguns — a vaga esperança de mudança dos termos em que se equacionava a Aliança.

O objetivo do presente trabalho pode ser enunciado como a tentativa de demonstração de que a Grande Guerra ofereceu a possibilidade, ao setor mais radical da política republicana, de modificar, sob o olhar atento das capitais europeias, a relação de subordinação de Lisboa perante Londres, aproveitando todos os circunstancialismos que o grande conflito bélico proporcionava a Portugal para explorar em seu favor as poucas fragilidades britânicas.

Porque se trata de um assunto que vimos estudando há três dezenas de anos, tendo deixado publicados vários ensaios sobre o mesmo, optámos por não nos socorrermos de excessivas referências bibliográficas ao longo do texto, embora mencionando, na bibliografia, as obras convenientes para total compreensão do tema.

Numa primeira parte da exposição, porque julgamos indispensável à boa compreensão do assunto central, vamos estudar e analisar os antecedentes da inter-

venção portuguesa na guerra; depois abordamos os aspetos que se tornaram mais marcantes para a beligerância durante o Governo de União Sagrada; e, finalmente, para melhor entendimento do evoluir dos acontecimentos, dedicamos algumas páginas à continuação do apoio parlamentar dado ao Governo Afonso Costa após se ter desfeito a colaboração formal com os evolucionistas. Acabamos com a necessária conclusão.

Antecedentes: A Caminho da Guerra

Quando se iniciaram as operações militares na Europa, Portugal vivia ainda todas as convulsões resultantes da recente mudança de regime. O Partido Republicano Português (PRP) havia-se cindido, gerando dois outros — o Evolucionista, de António José de Almeida, e o Unionista, de Brito Camacho — que eram indubitavelmente minoritários face ao poderoso Partido Democrático, de Afonso Costa, assim designado para se não confundir com o PRP onde todos militaram e do qual, sendo a ala mais radical, se apropriou.

A República, a partir do Governo Provisório — único que foi efetivamente revolucionário —, gerou linhas de fragmentação na sociedade portuguesa por razões que não resultavam só do seu ideário político, mas que visavam a possibilidade de efetivar a mudança rumo à modernidade, que já se vivia consolidadamente além Pirenéus. Tinha de se abater o considerável poder do clero católico, defensor de um conservadorismo atávico, para dar lugar ao mestre-escola e à possibilidade de se abrirem novos horizontes para a pequena burguesia das cidades, vilas e aldeias desse país fora. O ensino tinha de se modificar, gerando ofícios onde o saber fazer não resultasse da prática do fazer tradicional. Olhava-se para o ensino profissional, tal como para o primário, para o médio e superior, como alavancas capazes da mudança de mentalidades. Ora, esta era uma luta que ia fundo contra a tradição. Mais de que um povo com fé religiosa, o povo português estava culturalmente dominado pela credence alimentada pelo clero, que assim julgava conquistar apoios para uma Igreja muito comprometida, ainda, com a aversão ao moderno e ao diferente. Foi ao nível das mentalidades que a revolução republicana encontrou os seus mais fortes adversários. Adversários que sabiam estar acoitada a alienação política sob a capa do analfabetismo e prática religiosa obscurantista.

Como a ala mais radical do PRP foi aquela que mais depressa percebeu onde devia cortar *poderes* para conseguir acelerar a mudança que, sendo republicana, estava em sintonia com a modernidade, foi sobre ela que se concitaram todos os ódios e, até, os dos republicanos menos visionários e ousados. Ainda não haviam passado quatro anos entre a proclamação da República e o início da guerra na Europa, Afonso Costa e o seu Partido tinham já ganho a aversão dos ignaros e de todos quantos viram cerceadas as manobras sociais e políticas cujas raízes estavam bem fundamentadas na tradição.

A par da situação social e política brevemente descrita, externamente Portugal vivia de uma dependência esmagadora da Grã-Bretanha, fosse no plano diplomático, financeiro, comercial ou, até, de segurança militar. A dependência era tanta que se confundia, desde os anos da Monarquia, com o estatuto de protetorado. Livrar-se dessa grillheta imposta pela maior potência política, diplomática, naval, militar, financeira, industrial e comercial do mundo de então representava uma ciclópica tarefa que um país pobre e desorganizado jamais conseguiria levar a cabo sem que sobre ele caísse a raiva dos interesses britânicos. Representava um quase paradoxo manter o apoio da Inglaterra e, em simultâneo, libertar-se da indigna tutela. O momento para conseguir tal desiderato passava por ter de ser muito bem escolhido e só podia ser levado a cabo na altura em que a Velha Aliada estivesse fragilizada em vários planos da sua rotina sobranceira. Mas passava por Portugal cortar com a dependência em alguns dos mais estruturais aspetos? Nunca tal poderia acontecer! A situação geoestratégica nacional não permitia que a política portuguesa se bandeasse com os adversários da Grã-Bretanha! O que havia a fazer era utilizar esse potencial de força para gerar desvinculações que mostrassem, por si só, uma vontade nacional soberana perante a soberana Inglaterra.

Mas era capaz a opinião pública interna portuguesa de perceber esta subtileza? Não! A uns cegava-os o ódio à República, a outros a impossibilidade de compreender o salto qualitativo na modernidade, a muitos a condenação do anticlericalismo e a bastantes, o comodismo de uma vida feita sob um chapéu-de-sol que os deixava na sombra do oportunismo e do imobilismo. E neste caldo de cultura misturavam-se católicos, monárquicos, socialistas, anarcossindicalistas e, até — sobretudo, até — republicanos.

Externamente pesava ainda sobre Portugal, desde a proclamação da República, a constante cobiça de uma anexação por parte de Espanha, que só esperava o momento propício para a realizar com o oportuno consentimento de Londres. Não era fácil encontrar os equilíbrios necessários para garantir a gestão da imensa teia que envolvia, internamente, os governos republicanos e, externamente, a independência e soberania de Portugal. Assim, as diferentes tendências políticas, para além de estarem em permanente desavença, mantendo uma guerrilha que as desgastava sem proveito que possibilitasse alcançar um objetivo de paz, tranquilidade e progresso, gizavam planos mal concebidos que olhavam, acima de tudo, para os seus próprios interesses em vez de procurarem os interesses nacionais. Pensamos que a teia desses interesses confusos ainda obscurece a capacidade de análise e interpretação dos historiadores que pretendem deslindar o intrincado enredo desse tempo. Assim, há que perceber a guerrilha que dividia os monárquicos para entender que, para alguma vez chegarem à restauração, tinham de manobrar colados aos desentendimentos dos republicanos — razão pela qual assumiram papel de relevo no 28 de maio e, durante várias décadas, junto do Estado Novo, tal como antes havia

acontecido com Pimenta de Castro e com Sidónio Pais; há que perceber as oportunas manobras dos católicos quando o governo da República pendia para o conservadorismo; há que observar com cautela os sucessivos golpes dos republicanos conservadores quando o radicalismo dos democráticos abria uma brecha, pequena que fosse, por onde penetravam para corroerem a única revolução republicana que buscava alterações de fundo, pelo menos, enquanto elas foram possíveis. E todo este quadro estava bem vivo e ativo em agosto de 1914. E a ele associava-se o quadro externo a que já nos referimos emoldurado pelo facto de a existência de uma República numa Europa maioritariamente monárquica ser um exemplo que alimentava os sonhos dos republicanos que gostariam de ver substituídos os velhos regimes por novos sistemas políticos popolarmente mais participativos e onde ancestrais privilégios de casta desaparecessem para sempre.

Por cima do panorama interno e externo, das desavenças partidárias e sociais, da tutela britânica e do perigo anexionista de Espanha, pairava o maior perigo de todos na perspectiva de então: a perda das colónias. Sabia-se que tinham sido alvo da cobiça da Alemanha e da Inglaterra no final do século XIX e suspeitava-se que tornavam a sê-lo mesmo nas vésperas de estalar o conflito na Europa. E o receio dessa perda não se fundamentava em emotivas heranças históricas — que serviam para alimentar a propaganda feita junto da população —, porque outros motivos o justificavam. Motivos que não eram equacionados da forma como o faremos, mas que, todavia, se tinha consciência dos fundamentos onde nos apoiamos.

Efetivamente, a grandeza de Portugal, tanto na Península como na Europa, ganhou forma e conteúdo no facto de ter sido, sucessivamente, a placa giratória do comércio ultramarino com as potências europeias mais poderosas entre os séculos XV e XIX; começou pelo Oriente, passou ao Brasil e, sem a grandeza de outros tempos, pela África. A independência nacional deveu-se ao peso comercial que Lisboa foi capaz de desenvolver com os mercados da Europa com base nos produtos exóticos que transitavam das feitorias distantes para os portos marítimos do Velho Continente. Quando foi sendo ultrapassado pelas sucessivas explorações coloniais do continente americano e pela independência do Brasil, restou a Portugal a esperança de que os territórios de África lhe mantivesse um papel geoestratégico na economia da Europa garantindo-lhe, por via dos interesses britânicos, a independência peninsular. A simplificação que se faz para a beligerância nacional no conflito militar começado em agosto de 1914, diminui a importância de todos aqueles que, com visão larga, perceberam a necessidade de mudar rumos de política externa — em especial de dependências humilhantes — enquanto se buscava a ponta do fio que podia gerar, internamente, os consensos mínimos para produzir a paz política de que a República carecia para manter não só intacta a soberania territorial como também a independência. Claro que os fins justificavam muitos dos meios que iriam ser utilizados.

A eclosão da guerra, aos olhos dos mais perspicazes republicanos, ofereceu a oportunidade única de apanhar a Grã-Bretanha em fase carente de apoio e abalada no seu prestígio de potência diretora da política europeia e, de certo modo, mundial. Era o momento de repor, tanto quanto fosse possível, a dignidade portuguesa nas relações bilaterais (Fraga 2014: 67-69). Mas havia que saber jogar com a oportunidade, pois o quadro da situação iria variar ao longo do tempo em consequência da dialética das operações bélicas. Sendo os democráticos aqueles que melhor entendiam os limites e as tramas dos desenvolvimentos políticos internos e externos tinham de estar posicionados no xadrez da posse da governação para poderem manobrar de forma a forçar uma beligerância que, logo de início, Londres deu provas de não desejar de Portugal. A manutenção do estatuto de protetorado passava por conservar arredadas as Forças Armadas portuguesas dos campos de batalha. E a verdade é que o desejo da Inglaterra encontrou eco no Governo de Portugal. Mas um eco hesitante, porque o Gabinete não era politicamente homogêneo. E a volta para a Grã-Bretanha aceitar a beligerância portuguesa não podia ser dada a partir de Lisboa; era necessário que fosse imposta por Paris (ou Bordéus, quando a tradicional capital de França esteve ameaçada de invasão). Viviam-se ainda a esperança de uma guerra rápida e decisiva; contava-se que pelo Natal todos os combatentes já estivessem em casa. Era o instante oportuno para Portugal empenhar uma pequena força — a Divisão Auxiliar — que lhe garantisse vantagens superiores no plano diplomático e negocial. Foi João Chagas, tal como o evidenciámos pela primeira vez em 1990 (Fraga, 1990; 2012), quem, na sequência de uma vinda a Lisboa e de possíveis entendimentos com o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, provocou o pedido de fornecimento de armamento feito pela França a Portugal, dando origem à invocação da aliança luso-britânica para levar Portugal a entrar na guerra ainda no mês de outubro de 1914. Mas foi com declarada relutância que Londres deu execução ao pedido francês. Era preciso que Lisboa não conseguisse efetivar a beligerância. Para tanto, a Inglaterra contava com todas as incapacidades portuguesas, que conhecia bem: pouca vontade da maioria dos oficiais do Exército ir para a guerra, dificuldades organizativas e, acima de tudo, grandes e graves desentendimentos entre os políticos. Estes eram os fatores aliados da política britânica que impediam Portugal de levar a efeito a manobra diplomática que desse ao país uma declarada autonomia no plano internacional e que fosse suficiente para, nas chancelarias estrangeiras, se perceber a alteração qualitativa no relacionamento de Lisboa e Londres.

A queda do Governo Azevedo Coutinho — declaradamente beligerante — levada a cabo por um conjunto de sucessivos golpes políticos — Movimento das Espadas e manobra palaciana do Presidente da República Manuel de Arriaga para nomear Presidente do Ministério o general Pimenta de Castro — acabou destruindo a única oportunidade para, de forma airosa e subtil, Portugal — ou, pelo menos aqueles

que haviam percebido a importância estratégica da beligerância — tentar, mesmo que mantendo, como não podia deixar de ser, uma relação de dependência, repor o equilíbrio desejável no peso da soberania portuguesa perante a da Grã-Bretanha. Pimenta de Castro fez recuar todos os esforços diplomáticos e militares que estavam a delinear-se para se chegar à beligerância, facto que, por si só, foi suficiente para os monárquicos e católicos avançarem para posições políticas que facilitariam uma restauração do velho regime. Este movimento não encontrou, nem podia encontrar, uma efetiva oposição por parte dos republicanos conservadores. A República começava a correr perigo no plano interno, o qual não seria visto com desagrado no plano externo. Iniciou-se assim uma aliança indissociável até ao fim da guerra entre a política interna e a beligerância ou não beligerância. Tudo, a partir desse momento, em Portugal, passou a ser uma consequência de se estar a favor ou contra a participação no conflito no teatro de guerra europeu, já que, as operações africanas eram bem aceites por todos os setores relevantes da vontade nacional. E é conveniente realçar como estava errada esta posição, pois o teatro de guerra africano não era decisivo, na suposição da vitória dos aliados, para o que se viesse a discutir na futura conferência da paz. As colónias africanas de todos os Estados coloniais poderiam ser alvo de modificações fronteiriças e, até, de posse, mas jamais uma vitória em África seria suficiente para alterar os comportamentos políticos adotados pelas principais capitais da Europa. Lutar em África era um complemento da luta nas trincheiras na frente ocidental. Julgamos, não é despidendo, nesta altura, referir que, na passagem de 1914 para 1915, já se havia percebido, ao nível dos Estados-Maiores beligerantes, que a guerra ia ser longa e caracterizada não pela ação conjunta do movimento das tropas e do seu poderio de fogo, mas pelo desgaste das mesmas. A guerra passava a ser, mais do que é sempre, um exercício de vontade e de capacidade de resistência. Este facto não passou despercebido aos democráticos. Entrar na guerra a partir de 1915 já não constituía o oferecimento de armamento e de capacidade tecnológica militar que, aliás, quase não se tinha, mas oferecer homens para guarnecer as trincheiras e opor à Alemanha a barreira capaz de lhe travar veleidades de rompimento da frente de combate. Isto mesmo ver-se-á com o abandono da ideia da mobilização da Divisão Auxiliar para a da mobilização de um Corpo Expedicionário Português (CEP) seguido de outros quando oportuno. Derrubar Pimenta de Castro e, por consequência, Manuel de Arriaga foi o desiderato dos democráticos para poderem, uma vez de posse da governação, gizar os planos necessários para a beligerância, pois só governando sem a constante oposição do Presidente da República seria possível aproveitar a melhor oportunidade de apanhar de novo a Inglaterra em carência estratégica, levando-a a invocar a Aliança para conduzir Portugal à guerra. E, porque achamos necessário, repetimos: o motor português para a beligerância não se definia por qualquer tipo de conflito ou que-rela diplomática com a Alemanha, mas antes, e acima de tudo, pelo estado de de-

pendência a que os sucessivos governos da Monarquia e, até, alguns da República, haviam levado Portugal; era necessário cortar com o passado sem cortar, todavia, com a Grã-Bretanha e, muito menos, desvinculá-la das obrigações que tinha aceitado cumprir no âmbito da Aliança; a beligerância serviria para, na hora do acerto de contas, a diplomacia portuguesa ter voz própria e, tanto quanto fosse possível, independente da vontade britânica. É necessário compreender a beligerância nacional como um ato diplomático que forçava o Governo de Londres a não impor os seus interesses mas a aceitar os de Lisboa. A Aliança oprimia e tornava-se necessário que a República, para marcar a diferença em relação à Monarquia, ganhasse espaço de manobra dentro da diplomacia de então, quase toda ela, na Europa, alinhada com a vontade inglesa. Estava em jogo uma questão de honra nacional.

Após o golpe militar de 14 de maio de 1915, que derrubou Pimenta de Castro e Manuel de Arriaga, os governos de José de Casto e de Afonso Costa deram início à preparação da beligerância quer adquirindo material e equipamentos de guerra quer adotando medidas legislativas de proteção económica para permitir enfrentar o estado que se desejava viesse a ser alterado tão breve quanto possível. As receitas fiscais portuguesas não eram suficientes para transformar um Exército do século XIX, quase ineficaz, num Exército modernizado de acordo com o que acontecia já nos restantes países europeus. Havia que pedir, uma vez mais, crédito à banca britânica. Três milhões de libras eram suficientes para as despesas do momento.

Enquanto esta decisão se discutia no Ministério presidido por Afonso Costa, em Londres, como consequência da guerra submarina levada a cabo pela Alemanha, discutia-se a necessidade imperiosa de conseguir obter de forma expedita mais tonelagem naval para conseguir manter as redes essenciais do comércio britânico. Uma tentativa inglesa de mostrar a superioridade e o mando sobre a política portuguesa abriu a brecha por onde entrou a vontade dos beligerantes. Com efeito, o *Foreign Office* deu o seu aval ao empréstimo de dois milhões de libras e condicionou o terceiro à requisição dos navios alemães e austríacos que, no início da guerra, confiantes na neutralidade portuguesa, se tinham acoitado em portos nacionais. Esta coação, tão característica dos britânicos e do hábito de se imporem pela força, constituiu a fresta por onde Afonso Costa e o Gabinete português perceberam o ponto fraco inglês. Havia que manobrar cautelosamente não só para obter o terceiro milhão de libras, mas, acima de tudo, para obrigar Londres a pedir a requisição dos navios ao abrigo da Aliança. Era a oportunidade de avançar para a guerra pela mão dos ingleses; era o tempo de mostrar que os favores, sem compensações visíveis e comprometedoras da política britânica, se acabavam. O *Foreign Office* ainda tentou emendar o erro, mas agravou-o quando fez saber em Lisboa que ou o Governo requisitava os navios ou se verificaria um boicote ao comércio nacional. Portugal requisitaria sempre os navios e iria sempre para a guerra, contudo, uma única coisa mudava: ter ou não o apoio britânico e, se o não tivesse, poderia, mais tarde,

demonstrar, com agravantes, que a beligerância tinha tido origem na arrogância inglesa. O Gabinete de Guerra britânico, tal era a necessidade dos navios, impôs ao *Foreign Office* que cedesse a qualquer condição portuguesa. Foi assim que Afonso Costa e a ala beligerante republicana começaram a vergar a soberba de Londres; o interesse nacional português, passando por uma vertical afirmação de autonomia política, impôs-se aproveitando, como até então nunca tal tinha acontecido, de uma fragilidade britânica. A declaração de guerra feita pela Alemanha a Portugal decorreu da forma acintosa como os navios foram ocupados no porto de Lisboa.

O Governo de “União Sagrada”

Entre os dias 9 e 15 de março, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, tiveram lugar, em Lisboa, duras negociações para formar um governo de União Sagrada. Mas de que união se poderia falar? Na verdade, olhando os factos à luz da época, só os partidos republicanos estavam em condições de nela entrar, porque os monárquicos — para além de desentendidos entre si — limitavam-se a almejar lugares no Governo para o corroer por dentro e restaurarem uma Monarquia que, até entre si, discutiam qual deveria ser. Os católicos, não formando partido político, não estavam menos desavindos que os monárquicos e só esperavam a oportunidade para destruir a mais forte alavanca que o Governo Provisório havia lançado para descolar a alienação e o obscurantismo do tecido social português: a Lei da Separação das Igrejas do Estado. E aqui talvez caiba um parêntesis a título de esclarecimento que, por não ser dado com frequência, ajuda à compreensão dos republicanos radicais: não era contra a religião pregada pela Igreja Católica Apostólica Romana que se opunham os positivistas e livres-pensadores, mas contra o clero que, servindo-se dos preceitos doutrinários, retiravam aos mais crentes e ignorantes a capacidade crítica, alienando-os social e politicamente. Fechemos o parêntesis. De um governo de amplo entendimento teriam de ficar de fora também os independentes de Machado Santos por se oporem declaradamente à beligerância. Foi desta forma que a União Sagrada só pôde contar com o apoio ativo dos evolucionistas e, sem envolvimento governamental, com o dos unionistas e dos socialistas. As circunstâncias não possibilitavam mais, e outros agrupamentos políticos serviriam somente para boicotar o objetivo político que já havia sido alcançado. Daqui para a frente tinha de se passar à concretização militar de um fim que, em última análise, era somente político.

A presidência do Ministério foi entregue a António José de Almeida, mas as pastas determinantes para a execução do projeto ficaram na mão dos democráticos: Finanças com Afonso Costa, Guerra com Norton de Matos e Negócios Estrangeiros com Augusto Soares.

Independentemente das já conhecidas medidas adotadas pelo Governo de União Sagrada há que destacar dois aspetos que julgamos capitais para se perceber todo

o desenrolar dos acontecimentos futuros: a beligerância efetiva e efetivada com o envio de tropas para o teatro de guerra europeu ia passar a condicionar toda a atividade nacional; o agravamento das condições de vida, seja do ponto de vista económico seja na perspetiva social, não resultaram da declaração de guerra, mas da drástica alteração das condições gerais que afetaram todos os Estados europeus. Pouco interessa tentar centrar em pormenores específicos nacionais a instabilidade social que, dia a pós dia, se foi fazendo sentir por todo o país, porque, por cima da explicação nacional, está uma explicação maior e mais envolvente cuja proveniência adveio do princípio sobre o qual assentou a Grande Guerra a partir do final do ano de 1914: a usura como forma de fazer reduzir a vontade do adversário combater; uma usura que começava nas primeiras linhas das trincheiras e acabava na mais profunda retaguarda. Uma usura que, na Europa, por tabela, atingiu os Estados neutros.

O simples facto de se terem mobilizado, no começo do ano de 1917, para integrarem o CEP, pouco mais de cinquenta e cinco mil homens foi, por si só, um elemento que agravou a situação nacional, porque fez escassear a mão de obra nos campos e nas cidades. As medidas de cariz militar revoltaram as organizações sindicais, que, explorando o sentimento de todas as famílias, impuseram no seio destas o temor da ida para França de um qualquer ente querido. Por isso, na perspetiva do Governo, era necessário calar a voz sindical, que soava acusadoramente, olhando a um interesse menor sem capacidade para olhar um interesse maior, ainda que muito subtil. A censura à imprensa foi instaurada e, mais tarde, também a censura postal. Forçava-se uma consonância de sentimentos coletivos, mesmo que calando-os para não dar margem a dúvidas internacionais quanto à justeza do apregoado desejo de combater os hunos por causa da barbárie que ameaçavam implantar. Está claro que, sob a máscara oferecida pela afirmação de que Portugal desejava combater para impor o direito de existência das pequenas nacionalidades, se escondia o verdadeiro direito de Portugal aliviar a tensão que a Inglaterra exercia como potência protetora. Havia — e há ainda — que saber ler nas entrelinhas o aproveitamento que entre nós se fazia das palavras de ordem que andavam na boca dos Aliados! Uma pequena e frágil nacionalidade, como a portuguesa, não podia ser esmagada pela poderosa Inglaterra.

É verdade que também para África, logo no início do Governo de União Sagrada, seguiram grandes contingentes militares para defender as fronteiras de Moçambique das investidas germânicas e, facto que não deve ser ultrapassado por esquecimento, na imprensa da época o tom de descontentamento com estas mobilizações baixou se comparado com a preparação a fazer para a ida para França. Tem explicação essa atitude. Por força de uma estranha propaganda, que ia dos jornais monárquicos aos católicos e destes aos republicanos, aceitava-se que, a usar tropas contra a Alemanha, isso deveria ser feito no continente africano e não na Europa;

as colónias eram portuguesas e a guerra nas trincheiras era de outros! Desta forma de compreender o conflito sabia Londres e não lhe era inconveniente que Portugal se perdesse no empenhamento num teatro de guerra secundário e esquecido, pois sempre se teria a desculpa diplomática de limitar a beligerância lusa a uma ação de proteção daquilo que julgava seu! Mas os democráticos, que continuavam atentos, manobraram de modo a logo de início deixar bem clara a nova posição de Portugal: Afonso Costa, em junho e julho de 1916, representou o país, em Paris, na Conferência Económica dos Aliados — onde se aprovaram medidas tendentes à livre circulação de mercadorias entre Estados, facto que beneficiava a fraca economia nacional — e em Londres — onde estabeleceu contatos sobre a forma de combinar a participação na guerra, coordenando auxílios materiais e financeiros necessários. A concentração de tropas destinadas a embarcar para França fez-se, em julho de 1916, no polígono militar de Tancos onde pouco ou quase nada existia em termos de quartéis capazes de alojar uma grande unidade com mais de vinte mil homens. Imperou a improvisação. A engenharia militar em muito pouco tempo preparou o terreno com as infraestruturas mínimas, possibilitando, do ponto de vista higiénico, haver latrinas e pontos de banho e lavanderia para os homens viverem com relativa, mas austera, comodidade em tendas de campanhas que se fabricaram de propósito para o efeito. Não se imaginava tal capacidade no Exército português, que articulou esforços com o chefe do estado-maior da Divisão de Instrução, major Roberto Batista — alma e sustentáculo organizativo do esforço em Tancos e em França — de modo a poder mostrar ao mundo e, em especial, à Grã-Bretanha que, perante uma necessidade premente, ainda existiam aptidões para honrar compromissos políticos, diplomáticos e militares. Foi por isso que a imprensa — laica e tão defensora da Lei da Separação das Igrejas do Estado — lhe chamou Milagre de Tancos.

Quando chegou agosto de 1916 já tinha forma a beligerância nacional e, nos primeiros dias do mês, no jornal *A Capital* — órgão manifestamente aliadófilo — deixava-se entrever a motivação que tinha estado na sua origem: «Em Portugal ninguém desejou a guerra. Aceitou-se esse mal como inevitável, como necessário para mantermos perante o mundo o lugar honrado a que as nossas tradições gloriosas nos dão direito» (Peres, 1954: 150). A beligerância não era desejada por ela mesma, mas por causa da manutenção de um lugar honrado perante o mundo justificando as tradições gloriosas! Mas que desonra maculava Portugal? Aquela que já referimos bastas vezes e que hoje, mais do que então, parece esquecida.

Mas a beligerância não era entendida por todos como necessária e, assim, mesmo aceitando como princípio a participação na guerra, os unionistas e os socialistas, quando podiam, geravam condições para frená-la. Foi o caso da discussão parlamentar da instituição da pena de morte na frente de combate pela prática do crime de traição. Eram manobras que ajudavam a distrair a atenção e a opinião pública do objetivo fundamental.

A linha sinuosa que dividia os cidadãos levava-os a não compreender as dificuldades que, cada vez mais, se abatiam sobre os mercados abastecedores onde a falta de géneros era já grande e os preços praticados tornava proibitivos os ainda existentes para a maior parte das bolsas. E, contudo, o Governo ia procurando atenuar a inflação com sucessivos aumentos dos funcionários do Estado repondo-lhes o poder de compra. É pelo meio desta fratura que manobram as forças da oposição. Oposição aos democráticos, que acusam de quererem levar Portugal à guerra por qualquer preço, e oposição à própria República. Contudo, parecendo-nos hoje suficientemente linear a razão do desejo de beligerância, na época muitos eram os políticos, militares e meros cidadãos comuns, que não se apercebiam da subtilidade do golpe tão necessário para ganhar capacidade de manobra autónoma num contexto altamente dominado pela Grã-Bretanha. Não percebiam que só pondo em causa a autoridade inglesa poderia Portugal, enquanto República e Estado soberano, fazer opções políticas sem ter de inquirir de Londres uma quase permissão para agir, até no plano interno!

Machado Santos, o militar da Armada que tão capaz havia sido de, antes de 5 de Outubro de 1910, mobilizar as massas populares para nelas encontrar o apoio que era difícil obter no Exército profissional e amorfo da Monarquia, pertencia ao grupo daqueles que advogava a não-beligerância e a aparente e corrosiva neutralidade, que tão conveniente era à Inglaterra e tanto mal fazia a Portugal. Foi ele quem, mesmo no cumprimento de uma punição militar, coordenou a revolta que, se vitoriosa, levaria à deposição do Governo e ao cancelamento dos primeiros embarques de tropas que já se preparavam em dezembro de 1916. A tempo foi abortado o golpe pelo governo e conseguiram controlar-se os danos de maior envergadura. Todavia, tiveram de se desmobilizar muitos oficiais por estarem envolvidos na conspiração. Isso dá-nos a ideia da falta de vontade de marchar para França.

A oficialidade militar não estava convicta das motivações da entrada na guerra, porque gozava há muito de um aprazível comodismo escondido sob uma farda e uma rotina pouco preparada para a dureza das campanhas. O uniforme vestia um modo de vida tranquilo, mesmo que mal remunerado, mas socialmente respeitável e assim corria fácil a propaganda antibelicista entre uma larga faixa dos oficiais do Exército. Pelo meio dela circulavam diferentes informações desmoralizadoras e uma das que mais se fez sentir foi a monárquica. Realmente, os monárquicos, na sua grande maioria, desentendidos entre si, numa coisa pareciam estar concordantes: na discordância com a beligerância, independentemente de D. Manuel II, exilado em Londres, aconselhar a que acompanhassem a posição do governo republicano. E não o fazia com displicência, pois, estando no centro do mundo, por ele passavam todas as mais importantes informações e intrigas sobre Portugal e o destino que muitos interesses lhe procuravam dar. Mas a baixa política nacional só conseguia ver o imediato e, mesmo esse, sem objetividade e sujeito a distorções facciosas.

Não foi, de todo, uma ficção dos democráticos a pecha de serem os monárquicos germanófilos. Nem todos o seriam. Todavia, muitos alinhavam numa aliança conspirativa com os alemães expulsos de Portugal e exilados em Espanha. Viam na vitória alemã a restauração da Monarquia, mas esqueciam que esta seria reposta em benefício da Espanha e de Afonso XIII. A percepção clara dessa situação tinha-a o Serviço de Informações do Ministério da Guerra. Os relatórios sucediam-se, uns atrás dos outros, dando notícia desse entendimento espúrio. Aquilo que, durante muitos anos, depois da guerra, foi considerado mera propaganda demagógica dos democráticos está hoje em condições de demonstrar ser uma realidade inconteste. A forte influência dos monárquicos no regime ditatorial e do Estado Novo pretendeu escamotear este dado, levando-o ao esquecimento histórico. Mas os arquivos estão abertos e podem provar objetivamente a teia da conspiração.

Da revolta de dezembro de 1916 saem consequências que não agradam a muitos republicanos, pois agravou-se a perseguição e a censura. Comparou-se a ação do Governo ao da ditadura de 1908 e preconizou-se-lhe um fim semelhante; esta nova oposição, mais uma vez, mostrou incapacidade de perceber que a política interna do momento passava por todos os condicionalismos que a beligerância impunha em nome de um objetivo maior e mais digno. Este Governo e esta política, aparentemente ditatoriais corriam, afinal, em sentido contrário aos de João Franco, nesta altura recordado.

Em janeiro embarcaram para França os primeiros contingentes militares, em navios de transporte britânicos. Comandava estes homens o coronel Gomes da Costa. Era um excelente combatente, um líder militar, mas mais um que se limitava a cumprir ordens sem a total compreensão do alcance da beligerância nacional. Era politicamente ambicioso e capaz de todo o tipo de jogos que o aproximassem de quem detinha a capacidade de decisão. Assim o via o comandante do CEP, o general Tamagnini de Abreu e Silva, um outro, também disciplinado e disciplinador, mas sem percepção da importância política da força militar que estava sob as suas ordens.

O embarque das primeiras tropas quase se fez à socapa tal era o receio da opinião pública e o medo de que se verificassem rebeliões entre os militares. Do acordo com a Grã-Bretanha, estabelecido na Convenção Militar assinada poucos dias antes dos primeiros embarques, previa-se que o transporte do CEP seria feito em navios britânicos escoltados por vasos de guerra da mesma nacionalidade. Nessa altura houve descuido ou boa-fé, pois não se garantiu a continuidade do serviço inglês. Em setembro de 1917, depois de ter transportado todo o CEP, Londres recusou a cédência de mais navios de transportes e de escolta a Portugal. Ou seja, condenou ao insucesso, nesse mês, o projeto português, pois sabia das incapacidades de Lisboa para ultrapassar as suas dificuldades estruturais. A Inglaterra ia, no curto prazo, corroer a finalidade política do CEP e, para garantir o êxito do seu planeamento,

aproveitou — se é que não incentivou — o golpe de Sidónio Pais de modo a reduzir a quase nada o esforço beligerante dos democráticos.

Façamos aqui um parêntesis para dar algum relevo a um facto que é de capital importância para se perceber os meandros da relutante posição britânica quanto à participação efetiva de Portugal na guerra. Relatemos com brevidade.

A organização pensada em Lisboa para o CEP era a de uma divisão reforçada, mas, após a chegada a França, e depois de estudos feitos com oficiais de ligação britânicos, optou-se por dar, ao CEP, forma semelhante às unidades britânicas, abandonando a ideia de uma divisão reforçada para, à custa de um pequeno aumento do número de batalhões a empenhar, o transformar num corpo de exército. A proposta foi bem acolhida no Ministério da Guerra, em Lisboa, e no War Office, em Londres. Mas, decorria o mês de maio (isto é, já desfeita formalmente a União Sagrada) e, a partir deste ministério britânico, começaram a surgir as dificuldades que subiram de tom progressivamente. Era a oportunidade de, aproveitando a falência política do governo português, recuar e reduzir a pouco ou nada a intervenção de Portugal na guerra? É uma pergunta que tem de ficar sem resposta no atual estado das investigações históricas. Mas as dificuldades levantadas pelo War Office eram tais que Norton de Matos, ministro da Guerra, teve de ir a Londres aplacá-las o que conseguiu depois de duras e porfiadas negociações. Da capital inglesa seguiu para França onde visitou as tropas e se apercebeu de muitas das falhas que fragilizavam o CEP (Fraga, 2010: 304-305; 366-368).

Fechado o parêntesis, regressemos a janeiro de 1917. Na continuidade de uma tentativa do episcopado português, os católicos são estimulados no sentido de pasarem à ação política através da União Católica de onde sairá o Centro Católico Português.

Em março, aproveitaram-se os evolucionistas de um episódio parlamentar de somenos importância para apostarem na demissão do Governo. A aliança formal chegara ao fim. A continuidade da política beligerante tinha de ser assegurada. Cabia, aos democráticos esse encargo. Tinham de continuar uma política de soberania nacional no plano externo e de apostar, internamente, na acalmia possível quando tudo fazia prever um agravamento da situação económica e social.

A Continuação do Apoio

Afonso Costa formou Governo, a que presidiu, em 25 de abril de 1917. Desta vez contou somente com o apoio parlamentar dos evolucionistas. O Gabinete cairá em 10 de dezembro, por força do golpe desencadeado por Sidónio Pais.

A instabilidade social vai marcar este período e sobre os democráticos cairá a culpa da situação, o que, com verdade, corresponde ao maior erro histórico do relato desta época; o descalabro é uma importação que chega a Portugal como resultado de um terramoto que tem o epicentro nas trincheiras que atravessam a Europa desde o mar

até à fronteira com a Suíça. Basta consultar os jornais espanhóis deste ano conturbado para se perceber que a neutral vizinha atravessava uma crise tão pavorosa quanto a portuguesa! Não se pode estabelecer uma relação dos acontecimentos nacionais com a governação dos democráticos. E tão verdade isto é, que, já sob o popular e — esse sim — demagógico Governo Sidónio Pais a situação social e económica continuou a agravar-se. Mas os interesses partidários sobrepunham-se à verdade e à sensatez, empurrando as classes mais desfavorecidas para a desordem e para a crítica fácil. O mês de maio foi fecundo em graves acontecimentos que corroeram a já debilitada popularidade dos democráticos. E a contestação chega mesmo ao seio do partido, ao grupo parlamentar que apoia Afonso Costa. Jaime Cortesão, no gozo de licença de campanha, liderava essa contestação, pedindo um governo nacional que incluísse católicos e operários. A juventude e, de certo modo, a ingenuidade daquele que virá a ser o grande historiador da Expansão Marítima impediam-no de perceber a realidade: nem o fim das hostilidades na Europa acabaria com o descalabro económico, origem de toda a desordem social. Uma nova era estava a nascer. Prolongar-se-á até 1945, ano em que, finalmente, o Velho Continente, depois de perder a preponderância política mundial, se redimensionará segundo uma escala mais consentânea com a sua capacidade produtiva e económica. Afonso Costa, depois de ouvir as críticas que lhe foram feitas, usou da palavra e, com a eloquência que lhe era peculiar, associada à sua imensa capacidade de compreensão do devir histórico, esmagou a argumentação de todos os que não observavam a realidade com sangue-frio, sensatez e, acima de tudo, com a argúcia do cirurgião que sabe onde cortar para extirpar o mal corrosivo. Venceu uma batalha dentro do seu próprio partido, mas iria, poucos meses depois, ser derrotado pela tremenda ignorância dos que, atrevidamente, julgavam solucionável uma situação que era fruto de uma causa mais geral e mais abrangente.

Entrementes, na Flandres, o CEP ia recebendo instrução militar e tomando contacto com a realidade da vida das trincheiras. O general-comandante rendia-se ao encanto da disciplina militar britânica e pretendia que os bisonhos soldados de Portugal se assemelhassem aos da velha Albion; queixava-se de que o seu chefe de estado-maior pretendia tutelar, mostrando incapacidade para compreender o cerne da razão de estar a tropa portuguesa em França. Roberto Batista — o chefe do estado-maior do CEP — lutava para marcar perante o Alto Comando Britânico uma posição independente e soberana: colaborar sim, mas sem subordinação humilhante. O confronto e a desconfiança estabeleceram-se entre o general e aquele que o devia aconselhar na tomada de decisões.

No mês de setembro, Lord Derby voltava à carga sobre Norton de Matos, com uma carta pessoal e confidencial onde, primeiro com argumentos suaves e, depois, com outros mais pesados e mesmo ofensivos para o brio castrense português, sugeria que o CEP devia ser afastado das trincheiras por causa da falta de hábito de viver o rigoroso clima de inverno da Flandres, embora, continuasse a colaborar com as

divisões britânicas segundo um esquema que engendrou e, quase no final da missão, dá a bofetada decisiva: lembrando a Guerra Peninsular, submeter ao controlo de oficiais britânicos a atuação dos oficiais portugueses (Fraga, 2010: 487-490). É claríssimo que Londres só poderia estar de posse de certos dados sobre fragilidades da oficialidade portuguesa através de duas vias informativas: o Alto Comando Britânico em França e o que de Lisboa dizia o major-general Barnardiston, adido militar aqui em serviço. Norton de Matos recusou, em poucas palavras, claras e incisivas, a oferta do ministro da Guerra britânico. A intriga à volta do CEP era tremenda, tanto em França, como em Londres e, especialmente, em Lisboa; o seu objetivo estava mais do que evidente: boicotar a todo o custo o envolvimento militar português de modo a deixar livres as mãos dos diplomatas ingleses para, na futura Conferência da Paz, talharem e retalharem o património nacional a seu belo-prazer como estava demonstrado há mais de um século. E esta atitude só prova que o CEP, mais do que uma grande unidade militar era, acima de tudo, o passaporte para a diplomacia nacional poder defender os interesses mais profundos de Portugal. Essa foi a essência da beligerância portuguesa. Todos os factos apontam para esta conclusão. E mais apontariam se coubesse no âmbito deste trabalho analisarmos a conduta de Sidónio Pais e a do adido militar britânico, general Nathaniel Barnardiston.

Em outubro desse ano de 1917, Bernardino Machado, Afonso Costa e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, foram de visita ao CEP. Ainda não cabia a defesa do setor do corpo de exército em que se havia transformado. Só cerca de um mês mais tarde estará o general Tamagnini de Abreu e Silva a comandar essa frente com doze quilómetros de comprimento. Assim, compreende-se que a pressa dos governantes nacionais em visitar o CEP se prendia com a necessidade de desfazer opiniões que sobre o empenhamento português se pudessem estar a tecer entre os comandos aliados. O Presidente da República deslocar-se à frente de batalha, mais do que dar ânimo aos combatentes, era a demonstração de que ali estava Portugal. Era a execução de uma política externa e de uma diplomacia que marcava perante a Europa e, até, perante o mundo a afirmação do envolvimento autónomo de Portugal no grande conflito. Tanto assim é que nunca foi ao teatro de guerra africano, para afirmar o nosso empenhamento nas operações, qualquer alto representante do Estado português. Lá, não era preciso!

Na frente interna a carestia de vida e a falta de alimentos aumenta a grande velocidade. Para tentar minorar a situação o Governo fez aprovar legislação que visava uma melhor distribuição dos géneros e evitar o criminoso açambarcamento, que esteve na origem de grandes fortunas que se fizeram neste período. Todavia, foi impossível manter a ordem social. A revolta germinava entre as classes mais desfavorecidas. Muito a propósito dão-se as aparições de Fátima que culminam em 13 de outubro com uma imensa manifestação de fé na zona da Cova da Iria. Na Rússia estalou a revolução soviética. A Europa estava a modificar-se ainda a guerra não chegara ao fim.

Em 19 de novembro, Afonso Costa e Augusto Soares partiram para Paris para tomarem parte numa conferência inter-Aliados e regressaram ao Porto a 6 de dezembro. No dia anterior havia começado a revolta sidonista em Lisboa. A 8 o Governo democrático claudicou. Uma nova fase da política de guerra começava em Portugal. Uma fase que ia correr ao arpejo da que definira a beligerância.

Conclusão

A beligerância portuguesa não foi, desde 1914 a 1918, pacífica nem consensual e historicamente continua a não ser.

Realmente, há entre os historiadores os que não compreendem os fundamentos que geraram a necessidade de ir para a guerra e os outros que ainda só vislumbram a entrada no conflito como meio de defender a posse das colónias. Ora, essa razão é pouca, porque houve uma outra muito mais subtil que só alguns contemporâneos a perceberam e hoje só o estudo cauteloso pode deixar transparecer, levando em conta interpretações do que não era então conveniente dizer mas se sugeria.

Foi exatamente esse o nosso objetivo: demonstrar que, desde a hora em que se ouviram os primeiros tiros, se desenvolveu um desejo de participação no conflito para conseguir fugir à subordinação humilhante em que Portugal vivia perante a Inglaterra. Mas impunha-se que os mais importantes Estados da Europa percebessem essa manobra para que, por todas as capitais, fosse aceite, não só o novo regime político mas, acima de tudo, o novo Portugal renascido com uma outra personalidade bem distinta da que o havia marcado nos últimos cem anos, desde a derrota de Napoleão Bonaparte.

Para o cumprimento do nosso objetivo, expusemos com alguma delonga os antecedentes, desde a eclosão do conflito militar até à formação do Governo de União Sagrada, pois se não o fizéssemos truncávamos a perceção do fio condutor da ação do Partido Democrático até à declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Abordámos, ainda que sumariamente, a ação daquele Governo, procurando situá-la tanto no plano interno como no internacional e militar. Julgamos que conseguimos evidenciar a manobra diplomática e castrense que apontava ao objetivo mais profundo da beligerância portuguesa. Por fim, atingido o termo do Governo de União Sagrada quando já só os democráticos ficaram a dirigir toda a política nacional, tentámos que se percebessem os passos mais importantes que foram dados para afirmar a presença portuguesa no campo de batalha, na frente ocidental. O derrube violento do Partido Democrático levado a efeito por Sidónio Pais, no golpe de dezembro de 1917, alterou por completo a política que laboriosamente se havia construído desde agosto de 1914.

Julgamos que, em jeito de conclusão, se pode dizer ter havido uma política de beligerância, construída desde a primeira fase da guerra até ao final do ano de 1917, que se norteava pela dignificação internacional de Portugal, tendo como objetivo

poder fugir à garra tutelar da Grã-Bretanha, nela participando, por total incapacidade ou inércia dos restantes agrupamentos políticos, o partido evolucionista para além dos democráticos que a gizaram; só a violência de um golpe militar, apoiado por obscuras forças e estranhas alianças, fez retornar à tutela britânica o que dela se pretendia afastar.

Referências Bibliográficas

- Fraga, Luís Alves de (1990). *Portugal e a 1.ª Grande Guerra. Os objetivos Políticos e o Esboço da Estratégia Nacional. 1914-1916*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas [tese de mestrado para a obtenção do grau de mestre em Estratégia].
- Fraga, Luís Alves de (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916 – 1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fraga, Luís Alves de (2012). “Quando um diplomata fez política por causa da guerra. O caso de João Chagas (1910-1914)”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, N.º 1, primavera 2012. Disponível em observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n1_art6.
- Fraga, Luís Alves de (2012a). *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916* (2.ª ed.). Lisboa: EDIUAL.
- Fraga, Luís Alves de; Samara, Maria Alice (2014). *João Pereira Bastos: O Sonho de um Exército Republicano*. Lisboa: Assembleia da República.
- Peres, Damião (1954). *História de Portugal: Suplemento*. Porto: Portucalense Editora.